

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.319 - MT
(2018/0330911-6)**

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
EMBARGANTE : JOSIMAR JESUS DA SILVA
ADVOGADOS : ALEXANDRE ALVIM DA FONSECA - MT007010
PAULO CELERINO ALVIM DA FONSECA - MT010629
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO : EDUARDO LUIZ BROCK - MT000000

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 33 E 35, AMBOS DA LEI N. 11.343/2006. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIA DECIDIDA. VIA INADEQUADA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, o recurso de embargos de declaração destina-se a suprir omissão, afastar ambiguidade, esclarecer obscuridade ou eliminar contradição existentes no julgado, não sendo cabível para rediscutir matéria já suficientemente decidida.

2. Percebe-se, após detida análise da irresignação, uma insatisfação da parte quanto ao resultado do julgamento e a pretensão de modificá-lo por meio de instrumento processual nitidamente inábil à finalidade almejada, o que não pode ser admitido.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz e Nefi Cordeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019 (data do julgamento).

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator